

Por Márcia Alves

“Se não fizermos nada, em seis ou sete anos, quando eu, aposentado, for ao governo buscar meu benefício, eles não terão dinheiro para pagar”, comentou o presidente Temer durante um evento no início deste mês. Para equilibrar as contas e conter o déficit do regime geral da Previdência Social – que deve atingir R\$ 150 bilhões neste ano e subir para algo entre R\$ 180 bilhões e R\$ 190 bilhões em 2017 – o governo já tem pronta a proposta de mudança na Previdência Social, que deverá atingir milhões de brasileiros.

A proposta é um sistema unificado para a aposentadoria, com idade mínima de 65 anos para os trabalhadores, inclusive servidores públicos. Apesar de não estar definida, haverá uma regra de transição que combinará tempo de serviço, tempo de contribuição e idade. A idade média de aposentadoria foi alvo de um estudo elaborado pelo Ministério do Trabalho e pela Previdência Social, divulgado em maio. O estudo aponta que a média de idade no país no ano passado foi de 58 anos, uma das menores do mundo. Entre 35 países, o Brasil ocupa o penúltimo lugar, com idade média de 59,2 anos, perdendo apenas para Luxemburgo, com 57,6 anos.

Desde que o governo anunciou a intenção de mudar as regras da aposentadoria, os brasileiros tem corrido aos postos do INSS para antecipar o benefício. Outra consequência da anunciada reforma é o aumento da demanda por planos de previdência privada, impulsionada pelas incertezas sobre a Previdência Social e a preocupação com a manutenção do padrão de vida familiar. De acordo dados da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FenaPrevi), o volume investido em previdência privada cresceu 13% no primeiro semestre, mesmo com a crise econômica.

Em junho, a entidade apurou que aportes aos planos foram de R\$ 11,7 bilhões, 21,09% superior ao total de R\$ 9,6 bilhões em contribuições realizadas em junho de 2015. “Os planos abertos de caráter previdenciário se tornam cada vez mais um importante mecanismo de proteção para os brasileiros que buscam constituir uma reserva de longo prazo, para usufruir de uma renda no futuro”, afirma Edson Franco, presidente da FenaPrevi.

Nas empresas

Diante da iminente reforma da previdência, os planos de previdência privada também se tornaram objeto do desejo no mundo corporativo. Tanto que, muitas empresas oferecem o benefício como maneira de reter funcionários, já que a crise não reduziu a rotatividade nas empresas. Dados do Ministério do Trabalho revelam que, apesar do aumento da taxa de desemprego e do endurecimento das regras do seguro-desemprego, a rotatividade foi de 4,54% no país, contra 3,42% apurados no mesmo mês do ano passado.

De acordo com a FenaPrevi, só no primeiro semestre deste ano, foram contabilizados 3,6 milhões pessoas com planos de previdência empresarial no Brasil. No período, também foram registradas 12,5 milhões de pessoas com planos contratados. “A escolha por planos abertos de caráter previdenciário está relacionada ao entendimento de que é uma modalidade de proteção transparente e que atende ao planejamento do poupador”, diz Franco.

A previdência privada também passou a figurar como item fundamental no pacote e benefícios das empresas, deixando de ser apenas um diferencial. Uma pesquisa anual da Hays, em coautoria com a ESPM, sobre tendências, salários e benefícios dos profissionais brasileiros confirma essa preferência entre quase 50% dos empregados entrevistados. Ainda de acordo com o estudo, 94,5% dos empregadores consideram as benfeitorias não salariais uma ferramenta importante para contratar e reter funcionários.

O presidente do CVG-SP, Dilmo Bantim Moreira, avalia que, seguindo a tendência mundial, fatores como aumento da longevidade, redução da natalidade e contração dos ganhos financeiros têm contribuído para que, cada vez mais, as pessoas despertem para a necessidade de se prepararem

para garantir um padrão de vida razoável durante a aposentadoria.

“Desenvolver a educação financeira e disponibilizar mecanismos para que a população os experimente, buscando garantir condições financeiras apropriadas às suas necessidades, não só é uma meta do Estado, como também uma atividade ao alcance da indústria de seguros. É neste ambiente que os planos de previdência complementar estão se desenvolvendo e cumprindo seu importante papel de auxílio à manutenção da estabilidade financeira da população”, diz.

Fonte: [CVG-SP](#), em 14.10.2016.